



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS

ESCOLA DE EDUCAÇÃO

DEPARTAMENTO DE DIDÁTICA

**E QUANDO A ESCOLA VAI À CASA DO ALUNO? ATENDIMENTO
PEDAGÓGICO DOMICILIAR – UM OLHAR SENSÍVEL**

LUCIANA ROLIM DOS SANTOS

RIO DE JANEIRO

2017

E QUANDO A ESCOLA VAI À CASA DO ALUNO? ATENDIMENTO PEDAGÓGICO
DOMICILIAR – UM OLHAR SENSÍVEL

LUCIANA ROLIM DOS SANTOS

Trabalho de Conclusão de Curso Apresentado à Escola de Educação
da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro como
requisito final para obtenção do grau de Licenciatura em Pedagogia.

Marcio da Costa Berbat (Orientador)
Universidade Federal do Estado Rio de Janeiro - UNIRIO

Rio de Janeiro
Julho
2017

E QUANDO A ESCOLA VAI À CASA DO ALUNO? ATENDIMENTO PEDAGÓGICO
DOMICILIAR – UM OLHAR SENSÍVEL

LUCIANA ROLIM DOS SANTOS

Avaliada por:

Data: ____/____/____

Tiago Batista dos Santos
Departamento de Didática – Escola de Educação
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

..."Sem a Educação das Sensibilidades, todas as Habilidades são tolas e sem sentido"...(Rubem Alves)

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a Deus, por ser essencial em minha vida, autor do meu destino, meu guia, meu socorro bem presente na hora da angústia. Aos meus alunos em especial e a você, André Luiz, minha fonte inspiradora.

AGRADECIMENTOS

A Deus por ter me dado saúde e força para superar as dificuldades, por ter permitido grandes acontecimentos, ao longo de toda minha vida, e não somente nestes anos como universitária, mas que em todos os momentos nunca me abandonou, nunca me deixou s...

Todas as minhas fontes estão em Ti!!!

Agradeço a minha irmã Vamilda, heroína que me apoiou, incentivo nas horas difíceis, de desânimo e cansaço. Aos meus filhos, que amo muito Beatriz, Davi, Luan e familiares que andaram comigo lado a lado.

As minhas amigas Consuelo, Luciana Silva e Sára. Vocês foram enviadas pelo Senhor para me ajudarem nesta difícil jornada. Vocês são pra toda vida...

A todos os professores do curso, contribuíram para minha formação e tão importantes em minha vida acadêmica. Em especial ao professor Márcio Berbat por te acreditado na minha prática pedagógica, pela paciência durante a orientação e incentivo, o que tornou possível a conclusão desta monografia.

A minha Diretora Neuzi Dantas que fez por mim o que outros não fariam.

Muito Obrigada

LUCIANA ROLIM DOS SANTOS. **E QUANDO A ESCOLA VAI À CASA DO ALUNO? ATENDIMENTO PEDAGÓGICO DOMICILIAR – UM OLHAR SENSÍVEL.** Brasil, 2017, 50 f. Monografia (Licenciatura em Pedagogia) – Escola de Educação, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

RESUMO

O presente trabalho conta a rotina do atendimento domiciliar de um estudante de classe especial que se encontra impossibilitado de frequentar à escola, devido à complexidade do seu estado de saúde e partir desse pressuposto, a mãe conhecedora dos direitos do seu filho, buscou meios para que ele fosse atendido em sua residência.

Sabendo da necessidade deste atendimento e que algumas colegas tiveram dificuldades de dar prosseguimento ao trabalho, devido à condição do estudante, surgiu o desafio e para tal utilizei como ferramenta as experiências atuais, as já adquiridas ao longo da minha carreira e o fator surpresa, pelo fato de ser a primeira vez que vivenciei um momento como este. E, desta maneira, iniciou-se um novo caminho a ser trilhado por mim, e durante este percurso pude perceber o quão importante se torna o trabalho de um docente do AEE no atendimento de crianças fragilizadas por questões de saúde e que se encontram impedidas de estarem na escola. O quão valoroso é para a família o papel que um professor desempenha junto a sua prole.

Tendo em vista esse novo caminho que trilho e minha estada no espaço acadêmico é que penso nas questões abaixo apresentadas que me levam a esta pesquisa rumo à compreensão de uma prática docente mais sensível a partir da afetividade.

Palavras-chave: atendimento educacional especializado; prática docente; afetividade.

ÍNDICE DE SIGLAS

AEE - Atendimento Educacional Especializado

APD - Atendimento Pedagógico Domiciliar

CEPUERJ - Centro de Produção da UERJ

CIAC - Centro Integral de Apoio à Criança

CIEP - Centro Integrado de Educação Pública

CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente

LDB - Lei de Diretrizes e Bases

MEC - Ministério da Educação e Cultura

2º PEE - Segundo Programa Especial de Educação

SEEPE - Secretaria de Estado Extraordinária de Programas Especiais

SNC - sistema nervoso central

UERJ - Universidade Estadual do Rio de Janeiro

UFF - Universidade Federal Fluminense

UNIRIO – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Anexos

Anexo A	39
Anexo B	46
Anexo C	47
Anexo D	48
Anexo E	49
Anexo F	50

Sumário

Resumo	07
Introdução	11
Capítulo 1:	
1.1: Relato pessoal: minha trajetória	14
1.2: Um novo desafio	17
Capítulo 2: Os caminhos da inclusão	
2.1: Os caminhos da inclusão a partir de Salamanca, Leis e Diretrizes- um passeio pelos marcos históricos	20
2.2: O AEE(Atendimento Educacional Especializado) e suas atribuições	26
2.3: O AEE no atendimento domiciliar	28
Capítulo 3: O atendimento domiciliar em sua prática cotidiana	
3.1: O atendimento domiciliar em sua prática cotidiana: o fazer pedagógico.	32
3.2: Diretrizes Curriculares no atendimento pedagógico domiciliar, afinal o que importa?	34
3.3: A afetividade atendimento pedagógico domiciliar.	35
Considerações Finais	36
Referências Bibliográficas	37

Introdução

A pesquisa a seguir trata-se de um estudo de caso, que tem como base a pesquisa qualitativa e visa relatar as práticas e reflexões envolvidas no APD (atendimento pedagógico domiciliar) realizado por mim enquanto professora de AEE da Rede Municipal de Educação do Rio de Janeiro a um aluno de classe especial que se encontra impossibilitado de frequentar à escola devido à complexidade de seu estado de saúde, que leva o mesmo a permanecer em seu leito e lá receber os cuidados básicos desde a medicação, o banho, os tratamentos terapêuticos como fonoterapia e fisioterapia, acompanhamento clínico e pedagógico.

O relato deste estudo de caso apresenta além da fundamentação teórica o registro de algumas práticas que envolvem este acompanhamento pedagógico por se tratar de um atendimento específico, diferenciado que permanecerá enquanto o aluno estiver impossibilitado de retornar a sua escola, pois apesar de estar com o quadro clínico estabilizado utiliza oxigênio quase que constantemente (via traqueostomia) para auxiliar a respiração e alimenta-se por meio de gastrostomia.

Outro fator de grande a ser considerado neste trabalho, diz respeito protagonismo da mãe, que de forma muito marcante participa ativamente de toda ação pedagógica que envolve o acompanhamento do aluno, desde as conversas sobre o currículo, o planejamento e as atividades desenvolvidas pelo docente, pois faz questão de dar continuidade ao processo durante o resto semana até o próximo encontro que ocorre semanalmente e devido sua atuação vale relatar sua experiência e depoimento: mulher de atitude, protagonismo notável e fundamental nesta caminhada do menino com tantas questões delicadas de saúde e, contudo mantém-se de pé cabeça erguida, trabalha e cuida da sua vida também, um exemplo a ser observado.

Tendo em vista o quadro descrito e a reflexão sobre os pontos que originaram o trabalho, que tem como objetivo geral relatar, conhecer e analisar a prática pedagógica de um docente de AEE no atendimento pedagógico domiciliar, partindo das relações que o mesmo estabelece entre si, a família e a escola dentro de uma perspectiva inclusiva. E, desta forma evidenciar esta prática docente como uma realidade atual a ser estudada, onde

também se constrói uma educação com base em reconhecimento de múltiplos saberes e as suas possibilidades de transmissão e de aprendizado, visando o respeito às diferenças e peculiaridades de cada um dos alunos que se enquadrem no perfil deste atendimento.

Dentro deste contexto, é preciso também analisar outras situações quando falamos da educação de crianças e adolescentes em situação de saúde fragilizada, pois este público da educação especial tem algumas especificidades que devem ser levadas em consideração quanto à análise dos fatos e fenômenos que acontecem em seu universo, tendo em vista, consideravelmente, a família e o domicílio, onde ocorre todo o processo educativo.

No caso em questão, há de se considerar todo o trajeto que levou este aluno ao atendimento pedagógico domiciliar e suas vivências adquiridas dentro do espaço escolar. Um estudante possui uma doença rara e considerada grave por especialistas denominada *síndrome de moyamoya* - doença cerebrovascular oclusiva crônica que atinge as artérias do sistema nervoso central (SNC), provocando trombozes, isquemias transitórias de repetição e hemorragias intraparenquimatosas* que acomete com maior frequência pessoas do sexo feminino de origem asiática, mas tem distribuição universal, iniciando-se em idade pré-escolar e sobre esta enfermidade forneceremos mais dados ao longo do relato.

O início da fundamentação teórica, além de apresentar um breve comentário sobre a Declaração de Salamanca, um documento de referência internacional elaborado na Conferência Mundial sobre Educação Especial, no ano de 1994, em Salamanca, na Espanha. Será abordado acerca dos parâmetros legais e das políticas educacionais brasileiras que envolvem a educação inclusiva no Brasil, os marcos históricos que fundamentaram o atendimento AEE tanto na escola como no atendimento pedagógico domiciliar.

O relato se baseará em teóricos como Henri Wallon e Vygotsky e pesquisadores como Sérgio Antônio da Silva Leite, Elvira Cristina Martins Tassoni e Elvira de Souza Lima que discutem a prática pedagógica, o currículo, a afetividade, mediação e interação social. O estudo de caso já em andamento justifica-se pela relevância do tema e a sua contemporaneidade, uma vez que a procura por vagas na educação especial e para o atendimento educacional especializado, AEE, vem aumentando significativamente na Rede Municipal de Educação do Rio de Janeiro. No ano de 2016 foram matriculados na rede cerca de doze mil alunos para inclusão, sem considerar os alunos que estão em classe

especial e hospitalar. E juntamente com esses dados, o aumento pela procura do atendimento pedagógico domiciliar(EPD).

Sabendo que a Constituição da República Federativa do Brasil garante a todo cidadão em seu capítulo I, no artigo 5º, o direito à vida, à liberdade, à igualdade, é importante que se façam cumprir esses direitos e, em decorrência disto, as políticas públicas e as propostas de ação voltadas para a Inclusão representam um grande avanço, no que diz respeito ao cumprimento de um dos deveres do Estado que é oferecer a Educação, também para alunos com necessidades inclusiva, principalmente porque esta se constitui um direito de todos.

Outro aspecto relevante é que o tema APD precisa ser bastante abordado em debates e pesquisas acadêmicas no campo da Educação Inclusiva, tendo em vista que para o andamento desse atendimento muitas questões ligadas ao processo de ensino e aprendizagem devem ser levadas em consideração, a prática docente, o currículo básico e o intencional, o planejamento, as adequações e tudo mais que envolve o processo para tornar esta discussão mais consistente e somar este estudo de caso a outros semelhantes. Para finalizar, foi analisada a temática das relações interpessoais tendo como ponto relevante a relação estabelecida ao longo da pesquisa entre o docente, o adolescente e a mãe. As angústias e conquistas alcançadas, o olhar da sociedade, a interferência do contexto sociocultural, onde se vive e com quem se convive.

Capítulo 1:

1.1- Relato pessoal: minha trajetória

Nascida em 11 de novembro do ano de 1972, no bairro de Jacarepaguá, na cidade do Rio de Janeiro, posso afirmar que minha história com a educação começou em meio às lágrimas, pois tenho nítido na memória o meu primeiro dia de aula, quando eu e alguns colegas choramos muito para não passar à tarde no Jardim de Infância de uma escola particular do bairro onde morava, que era bastante conhecida pelo seu ensino tradicional, por ter uma diretora muito rígida além de glamorosos desfiles cívicos em comemoração ao Dia da Pátria. Lá fiz todo o Primário e início do Ginásio, estudei até a antiga quinta série atual sexto ano do Ensino Fundamental.

Lembro-me que durante parte da infância minha relação com a escola não era muito amistosa, sempre dava “*um jeitinho*” para não frequentar as aulas que ia desde uma dor de barriga até a invenção da morte da diretora, pois com ela morta a escola não abriria mesmo. Quem iria velar o corpo ou ir ao enterro? Teriam que fechar a escola para os funcionários irem ao funeral e finalmente decidi que iria estudar só até a segunda série, porque eu queria ser artista de circo.

Passada essa fase crítica, comecei a fazer as “pazes” com a escola, fiz muitos amigos no recreio, até de outras turmas, fazíamos uma roda enorme para cirandar. Fui aluna da professora mais linda do universo, a Tia Glória, algum tempo atrás descobri que ela fora minha expiração para a docência, até hoje quando a encontro me sinto aquela menina de oito anos perto dela, sua postura seu carinho pelos alunos e modéstia a parte, acho que em especial por mim me deixava fascinada, até mesmo, porque creio que ela via em mim uma menina além daquela que chegava à escola penteada de maria-chiquinha e saía como um sol toda arrepiada. Ela acreditava no potencial enquanto aluna, mesmo quando muitas vezes não correspondia às suas expectativas. . Nos últimos anos que estudei na escola particular, percebi o quanto estava difícil para minha família manter meus estudos, foi então que sugeri a minha mãe a matrícula na rede municipal de ensino. O momento da escolha para o segundo grau foi apreensivo, silenciosamente optei por não terminar os estudos secundários sem uma profissão definida, pois apesar de não saber o que fazer, sabia muito bem o que não queria pra mim. Então, a contra gosto do meu pai fiz minha inscrição para fazer a prova e concorrer a uma vaga na formação de professores da Escola Normal Carmela Dutra, onde

estudei até concluir os Estudos Adicionais na Área de Alfabetização para alegria de minha mãe e avó materna.

Iniciei a carreira docente no 2º Programa Especial de Educação (2º PEE) do Estado do Rio de Janeiro, no final de 1992, que naquele momento estava selecionando professoras bolsistas para atuarem sob o regime de formação em exercício nos CIEPs (Centro Integrado de Educação Pública) e CIACs (Centro Integral de Apoio à Criança). A seleção era realizada mediante a uma prova de redação, sobre um tema relacionado à prática pedagógica e era aplicada pela equipe de professores/professoras da Diretoria de Capacitação do Magistério, da Secretaria de Estado Extraordinária de Programas Especiais (SEEPE). Quando convocada para o programa, fui lotada no CIAC Joaquim da Silva Xavier - O Tiradentes situado no Caju, Zona Portuária do Rio de Janeiro. Nesta época estava terminando os Estudos Adicionais na Área de Alfabetização, havia recentemente completado vinte anos e, somando-se ao percurso como estudante de magistério vieram aproximadamente mais mil horas, referente ao Curso de Atualização de Professores de Escolas de Horário Integral, que ao final me garantiu o certificado da CEPUERJ e CNPq.

Ao término do programa em 1994 comecei a trabalhar na rede privada de ensino atuando como professora tanto do Ensino fundamental como da Educação Infantil, onde participei de projetos literários com meus alunos me aventurei a lançar um livro de poesias “Brincando de Poesias na Escola”, 2006, escrito sem muitas pretensões, apenas pelo desejo de expor pensamentos e reflexões sobre o momento vivenciado dentro da escola no papel. O livro poetiza sobre as brincadeiras e brinquedos, sobre alguns espaços e pessoas da escola, onde meus filhos também estudaram.

Após esse período devido às questões pessoais reacendeu em mim o desejo adormecido de retornar ao ensino público, e o fiz através do processo seletivo para professor substituto no Colégio Pedro Segundo onde atuei como docente durante dois anos, uma experiência marcante na minha vida.

Ingressei no ensino público municipal em setembro de 2008, numa escola em Campo Grande, onde atuei como professora de Ensino Fundamental no 3º ano. No ano seguinte fui para um Ciep em Cosmos, lá atuei no Ensino Fundamental, Educação Infantil e projetos Se Liga e Alfa e Beto.

Atualmente encontro-me docente do AEE, na Sala de Recursos Multifuncional, de

uma terceira escola da rede, onde trabalho desde 2011 nesta função, um lugar que tenho a oportunidade de viver experiências que muito somam ao meu crescimento, tanto profissional, como pessoal e que tem ressignificado minha vida como um todo, ampliando ainda mais minhas concepções sobre a importância de uma educação sensível e que visa o desenvolvimento humano.

Perpassando pela minha vida como discente, existe um árduo caminho, inúmeras vezes interrompido, que ainda trilha em busca da formação acadêmica. Minha história com o ensino superior começou em 1994, quando prestei vestibular na UERJ para ingressar na primeira turma vespertina de Pedagogia para professores de série iniciais, porém não fui adiante e assim foi até o ano 2012 quando comecei a participar do corpo discente da UNIRIO através da Plataforma Freire, o que considero uma verdadeira conquista pessoal, tendo em vista que entre esse grande espaço de tempo, muitas foram às tentativas sem sucesso para conquistar meu espaço no ensino superior, passando por instituições privadas e a pública (UFF).

Acredito que vivenciar a educação dentro de uma perspectiva inclusiva é oportuniza-se e oferecer ao outro a oportunidade reconhecer a diferença como agregação de novos valores a própria vida. Somos seres únicos em nossa essência, porém temos os mesmos direitos, o que conforme a situação de alguns seres humanos significa promover a acessibilidade para que estes possam alcançar igualdades nesses direitos. A convivência com o estudante é rica e proveitosa em todos os aspectos, o valor que se tem a cada encontro com ele e com sua mãe é inestimável, um aprendizado... Um aprender fazendo em meio a erros e acertos. Construir, desconstruir e reconstruir.

1.2 Um novo desafio

Em meados de 2015 recebi a proposta para realizar um APD (atendimento pedagógico domiciliar) a um aluno de classe especial que se encontra impossibilitado de frequentar à escola devido à complexidade de seu estado de saúde ao saber das suas condições fui ao encontro da responsável para ouvi-la e fazer os devidos registros para iniciarmos o acompanhamento e assim se iniciou o novo desafio, desenvolver uma prática pedagógica que pudesse atender minimamente às necessidades daquela família uma vez que o aluno permanece acamado vinte quatro horas por dia e lá receber os cuidados básicos desde a medicação, o banho, tratamentos terapêuticos como fonoterapia e fisioterapia. Acompanhamento clínico e também o pedagógico.

Conforme relatado no momento da entrevista com o responsável, a gestação do aluno, até o oitavo mês, foi tranquila e sem nenhuma alteração durante o parto. Da mesma forma ocorreu após seu nascimento até aparecer o refluxo gastroesofágico com indicação cirúrgica, no entanto optou-se pelo uso da medicação que estabilizou o quadro clínico do aluno. Ao completar um ano e onze meses o aluno apresentou primeiro quadro convulsivo, quando foi internado e após exames diagnosticado com uma síndrome chamada Moya Moya e como sequela da convulsão ficou sem andar por um período, tendo o movimento das pernas parcialmente recuperado através de terapias.

“ Moya Moya é uma condição rara, descrita pela primeira vez em 1957, na literatura médica japonesa, por Takeuchi e Shimizu, onde temos estenose ou oclusão bilateral das artérias do círculo de Willis, associada à intensa circulação colateral, o que configura um aspecto próprio na angiografia cerebral(1) . Quando ocorre de maneira isolada chama-se doença ou enfermidade de Moyamoya, e quando ocorre associada à outras enfermidades, chama-se síndrome de Moyamoya (2). É importante o reconhecimento de enfermidades associadas, já que existem situações que não são tratáveis, e outras que são, e o não reconhecimento destas e o não tratamento pode influenciar diretamente no resultado final.

-Revista Latinoamericana de Neurocirugía/ Neurocirurgia Vol. 24 N° 2 - 2015

Conforme a literatura existem várias enfermidades associadas à síndrome de Moyamoya o quadro de estenose ou oclusão dos vasos do círculo de Willis pode ser unilateral, além de:

- Aterosclerose
- Doenças infecciosas como meningites e Aids
- Condições hematológicas como anemia falciforme e hiper-homocisteinemia

- Vasculites geradas por Lúpus Eritematoso Sistêmico, Poliarterite Nodosa, Tireoidites e Doença de Graves, Anticorpo Anti-Fosfolipídio
- Desordem dos tecidos conectivos e síndromes neurocutâneas como neurofibromatose, esclerose tuberosa, síndrome de Marfan
- Desordens genéticas como a síndrome de Down. - Doenças cardiovasculares extra-cranianas como cardiopatias congênitas e estenose da artéria renal
- Além de outras condições como vasoespasmos pós hemorragia sub-aracnóide, radioterapia na base do crânio, trauma craniano, tumores cerebrais....

A manifestação inicial pode se dar por:

- Processos isquêmicos (acidente cérebro vascular transitório ou permanente e deterioração cognitiva)
- Epilepsia
- Processos hemorrágicos (hemorragia sub-aracnóide ou intracerebral)

Conforme o relato da mãe em 2006 o aluno passou por um procedimento cirúrgico para colocar uma prótese no fêmur esquerdo, devido ao osso do quadril não se calcificar por conta dos constantes espasmos musculares que sofria nos membros inferiores, ocasionando posteriormente a perda total dos movimentos da perna e atrofia como tratamento fez algumas cirurgias para correção, somando a esta condição o aluno também apresenta um desvio severo na coluna.

O aluno apresentou, por um período, quadros sucessivos de pneumonia o que culminou em algumas internações e devido a complicações respiratória se fez necessário um novo procedimento cirúrgico para fazer uma traqueostomia¹ permanente.

Atualmente além da traqueostomia permanente, não se alimenta por via oral e sim através de nutrição enteral que é a administração de alimentos feita através de uma sonda posicionada no estômago, no duodeno ou no jejuno, quando a alimentação pela *boca* é insuficiente ou impossível. No entanto, apesar de sua condição de saúde, que de fato é delicada, e por isso algumas restrições são necessárias como, por exemplo, o aluno só pode sair de casa em ambulância e em caso de internação vai direto para o CTI. Quando estabilizado apresenta sempre bom humor, viço no olhar e interage com as pessoas ao seu redor.

O aluno mora com a mãe, porém diariamente é acompanhado por uma técnica de

enfermagem, uma cuidadora e recebe a visita da fisioterapeuta, fonoaudióloga, enfermeira e médica em dias alternados. Sua rotina acontece dentro do quarto onde que é composto por aparelhos de monitoramento indispensáveis à manutenção da sua saúde. É no leito que o aluno recebe os cuidados básicos como assepsia e alimentação. Assiste tevê e ouve música, que são coisas que aprecia bastante segundo a mãe, além de receber visitas.

Levando em consideração que o meio social do aluno encontra-se bastante restrito, a mãe procura aproximar o aluno o máximo possível da realidade, levando para o quarto situações do cotidiano atual e sob a permissão do médico leva-o até o portão para que possa visualizar a rua. Quando há eventos como comemorações de datas importantes, as que o aluno participa são todas as promovidas em sua própria casa, quando seu responsável reuni alguns familiares e amigos da época de em que frequentava à escola.

No que se refere à aprendizagem conforme a condição do aluno, a família entende que devido ao histórico que possui, apresenta deficiência intelectual, no entanto acredita que o ele seja capaz de compreender alguns conceitos, principalmente aqueles que o ajudem na comunicação já que não oraliza e compreende que a comunicação visual seja um caminho para construção de seu conhecimento.

Capítulo 2

2.1- Caminhos da inclusão a partir de Salamanca, Leis e Diretrizes - um passeio pelos marcos históricos.

O convívio com as pessoas com necessidades especiais através dos tempos, deu-se de forma bastante delicada, as civilizações antigas acreditavam que pessoas deficientes não tinham direito a vida e por isso eram eliminadas ou padeciam grande mal. Deficientes mentais eram tratados como bobos, usados no trabalho em circos romanos, fazendo desde tarefas simples às humilhantes e os com deficiência física eram usados para esmolar, já na Grécia eram sacrificados ou escondido num lugar secreto e não divulgado . Em Atenas crianças que nasciam com algum tipo de deficiência eram exterminadas pelo próprio pai e quando sobreviviam eram abandonadas à própria sorte, em Esparta as que possuíam deficiências física ou mental eram consideradas subumanas, sendo assim, abandonadas ou eliminadas e antes do Cristianismo, lançadas precipício abaixo.

A história mostra que desde antiguidade nascem pessoas com algum tipo de deficiência e outras, por algum motivo decorrente ao longo da vida também se tornam deficientes, o que comprova que qualquer pessoa considerada saudável pode passar para essa condição e, por isso, é importante que se tenha a compreensão que as pessoas com deficiências precisam ser enxergadas pela sociedade, pois convívio com pessoas com algum tipo de necessidade é uma realidade mais próxima em tempos contemporâneos, uma vez que a partir de Salamanca a inclusão social passou a ter maior visibilidade entre as nações.

Elaborado na Conferência Mundial sobre Educação Especial, na cidade de Salamanca, na Espanha, em 1994, o documento denominado Declaração de Salamanca foi criado com a finalidade de fornecer diretrizes básicas para a formulação e reforma de políticas públicas sociais e de sistemas educacionais visando a inclusão social de pessoas com deficiências.

A Declaração de Salamanca é considerada um dos principais documentos mundiais que visam a inclusão social, ao lado da Convenção de Direitos da Criança (1988) e da Declaração sobre Educação para Todos de 1990. Ela é o resultado de uma tendência mundial que consolidou a educação inclusiva, e cuja origem tem sido atribuída aos movimentos de direitos humanos e de desinstitucionalização manicomial que surgiram a partir das décadas de 60 e 70.

A Declaração de Salamanca é também considerada inovadora porque, conforme diz seu próprio texto, ela "... proporcionou uma oportunidade única de colocação da educação especial dentro da estrutura de "educação para todos" firmada em 1990 (...) promoveu

uma plataforma que afirma o princípio e a discussão da prática de garantia da inclusão das crianças com necessidades educacionais especiais nestas iniciativas e a tomada de seus lugares de direito numa sociedade de aprendizagem”.

A Declaração de Salamanca ampliou o conceito de necessidades educacionais especiais, incluindo todas as crianças que não estejam conseguindo se beneficiar com a escola, seja porque motivo for. Assim, a ideia de “necessidades educacionais especiais” passou a incluir, além das crianças portadoras de deficiências, aquelas que estejam experimentando dificuldades temporárias ou permanentes na escola, as que estejam repetindo continuamente os anos escolares, as que sejam forçadas a trabalhar, as que vivem nas ruas, as que moram distantes de quaisquer escolas, as que vivem em condições de extrema pobreza ou que sejam desnutridas, as que sejam vítimas de guerra ou conflitos armados, as que sofrem de abusos contínuos físicos, emocionais e sexuais, ou as que simplesmente estão fora da escola, por qualquer motivo que seja.

Uma das implicações educacionais orientadas a partir da Declaração de Salamanca refere-se à inclusão na educação. Segundo o documento, “o princípio fundamental da escola inclusiva é o de que todas as crianças deveriam aprender juntas, independentemente de quaisquer dificuldades ou diferenças que possam ter. As escolas inclusivas devem reconhecer e responder às diversas necessidades de seus alunos, acomodando tanto estilos como ritmos diferentes de aprendizagem e assegurando uma educação de qualidade a todos através de currículo apropriado, modificações organizacionais, estratégias de ensino, usam de recursos e parcerias com a comunidade (...). Dentro das escolas inclusivas, as crianças com necessidades educacionais especiais deveriam receber qualquer apoio extra que possam precisar, para que se lhes assegure uma educação efetiva (...)”.

A partir de Salamanca, entre os países que participaram da Conferência Mundial sobre Educação Especial, iniciou-se um movimento pela educação inclusiva, tendo como base ações políticas, culturais, sociais e pedagógicas, que visavam a defesa do direito de educação para todos os alunos sem qualquer discriminação. Todos aprendendo juntos e compartilhando do mesmo espaço de aprendizagem, é em torno deste eixo que a educação inclusiva acontece no Brasil, constituindo-se num paradigma educacional fundamentado na concepção de direitos humanos, conjugando a igualdade e diferença como valores indissociáveis. Dentro dessa perspectiva, o Ministério da Educação /Secretaria de Educação Especial apresenta uma política denominada Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, que tem como objetivo acompanhar os movimentos e os avanços do conhecimento e das lutas sociais, com a finalidade de constituir políticas públicas que promovam uma educação de qualidade para que todos os alunos tenham suas necessidades atendidas.

No Brasil, antes da publicação da publicação da Política Nacional de Educação Especial, em 1994, existem registros de marcos históricos acerca do atendimento a pessoas com deficiência conforme no quadro a seguir:

Período	Marco Histórico
1854 / 1857 (Brasil Império)	Criação do Imperial Instituto dos Meninos Cegos, em 1854, atual Instituto Benjamin Constant – IBC, e o Instituto dos Surdos Mudos, em 1857, hoje denominado Instituto Nacional da Educação dos Surdos – INES, ambos no Rio de Janeiro.
1926	Fundação do Instituto Pestalozzi instituição especializada no atendimento às pessoas com deficiência mental
1945	É criado o primeiro atendimento educacional especializado às pessoas com superdotação na Sociedade Pestalozzi, por Helena Antipoff.
1954	Fundada a primeira Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE.
1961	O atendimento educacional às pessoas com deficiência passa a ser fundamentado pelas disposições da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN, Lei nº 4.024/61. <i>“Em 1961, o atendimento educacional às pessoas com deficiência passa a ser fundamentado pelas disposições da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN, Lei nº 4.024/61, que aponta o direito dos “excepcionais” à educação, preferencialmente dentro do sistema geral de ensino.” (PNEE,2007).</i>
1973	É fundado pelo MEC o Centro Nacional de Educação Especial – CENESP, responsável pela gerência da educação especial no Brasil.
1988	<i>“A Constituição Federal de 1988 traz como um dos seus objetivos fundamentais “promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação” (art.3º, inciso IV). Define, no artigo 205, a educação como um direito de todos, garantindo o pleno desenvolvimento da pessoa, o exercício da cidadania e a qualificação para o trabalho. No seu artigo 206, inciso I, estabelece a “igualdade de condições de acesso e permanência na escola” como um dos princípios para o ensino e garante, como dever do Estado, a oferta do atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino (art. 208).” (PNEE.2007)</i>
1990	O Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, Lei nº8.069/90, no artigo 55, reforça a obrigatoriedade da matrícula dos filhos ou pupilos na rede regular de ensino, logo TODAS as crianças devem estar, matriculadas na escola.

A publicação da Política Nacional de Educação Especial, como norteadora do processo de “integração instrucional” viabiliza o acesso às classes comuns do ensino

regular a todos àqueles que podem acompanhar e desenvolver-se a partir das atividades curriculares programadas do ensino comum, no mesmo ritmo, (p.19). No entanto não é suficiente para provocar uma *“reformulação das práticas educacionais de maneira onde sejam valorizados os diferentes potenciais de aprendizagem no ensino comum, mas mantendo a responsabilidade da educação desses alunos exclusivamente no âmbito da educação especial.”*(PNEE.2007). Já a atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394/96, no artigo 59, prevê que os sistemas de ensino assegurem aos alunos:

“currículo, métodos, recursos e organização específicos para atender às suas necessidades; assegura a terminalidade específica àqueles que não atingiram o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências; e assegura a aceleração de estudos aos superdotados para conclusão do programa escolar. Também define, dentre as normas para a organização da educação básica, a ‘possibilidade de avanço nos cursos e nas séries mediante verificação do aprendizado’ (art. 24, inciso V) e ‘[...] oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames’ (art. 37).” (PNEE.2007).

A partir da nova LDB, Lei nº 9.394/96, outros marcos se fazem presentes no caminho percorrido pela Educação Especial até os dias atuais.

Período	Marco Histórico
1999	Decreto nº 3.298, que regulamenta a Lei nº 7.853/89, ao dispor sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, define a educação especial como uma modalidade transversal a todos os níveis e modalidades de ensino.
2001	As mudanças na LDB, resolução CNE/CEB nº 2/2001, no artigo 2º, determinam que: <i>“Os sistemas de ensino devem matricular todos os alunos, cabendo às escolas organizarem-se para o atendimento aos educandos com necessidades educacionais especiais, assegurando as condições necessárias para uma educação de qualidade para todos. (MEC/SEESP, 2001).”</i>
2001	Lei nº 10.172/2001, Plano Nacional de Educação – PNE, prevê como avanço a construção de uma escola inclusiva que que garanta o atendimento à diversidade humana.

2002	<i>“Resolução da CNE/CP nº 1/2002, que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, define que as instituições de ensino superior devem prever, em sua organização curricular, formação docente voltada para a atenção à diversidade e que contemple conhecimentos sobre as especificidades dos alunos com necessidades educacionais especiais” (PNEE.2007)</i>
2002	<i>A Lei nº 10.436/02 reconhece a Língua Brasileira de Sinais – Libras como meio legal de comunicação e expressão, determinando que sejam garantidas formas institucionalizadas de apoiar seu uso e difusão, bem como a inclusão da disciplina de Libras como parte integrante do currículo nos cursos de formação de professores e de fonoaudiologia. (PNEE.2007)</i>
2002	<i>“A Portaria nº 2.678/02 do MEC aprova diretrizes e normas para o uso, o ensino, a produção e a difusão do sistema Braille em todas as modalidades de ensino, compreendendo o projeto da Grafia Braille para a Língua Portuguesa e a recomendação para o seu uso em todo o território nacional.”(PNEE.2007)</i>
2003	<i>“Em 2003, é implementado pelo MEC o Programa Educação Inclusiva: direito à diversidade, com vistas a apoiar a transformação dos sistemas de ensino em sistemas educacionais inclusivos, promovendo um amplo processo de formação de gestores e educadores nos municípios brasileiros para a garantia do direito de acesso de todos à escolarização, à oferta do atendimento educacional especializado e à garantia da acessibilidade.”(PNEE. 2007)</i>
2004	Publicação do documento <i>O Acesso de Alunos com Deficiência às Escolas e Classes Comuns da Rede Regular</i> pelo Ministério Público Federal.
2005	<i>“O Decreto nº 5.626/05, que regulamenta a Lei nº 10.436/2002, visando ao acesso à escola dos alunos surdos, dispõe sobre a inclusão da Libras como disciplina curricular, a formação e a certificação de professor, instrutor e tradutor/intérprete de Libras, o ensino da Língua Portuguesa como segunda língua para alunos surdos e a organização da educação bilíngue no ensino regular.” (PNEE. 2007)</i>
2005	<i>“Em 2005, com a implantação dos Núcleos de Atividades de Altas Habilidades/Superdotação - NAAH/S em todos os estados e no Distrito Federal, são organizados centros de referência na área das altas habilidades/superdotação para o atendimento educacional especializado, para a orientação às famílias e a formação continuada dos professores, constituindo a organização da política de educação inclusiva de forma a garantir esse atendimento aos alunos da rede pública de</i>

	<i>ensino.”(PNEE. 2007)</i>
2006	<i>“A Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, aprovada pela ONU em 2006 e da qual o Brasil é signatário, estabelece que os Estados-Partes devem assegurar um sistema de educação inclusiva em todos os níveis de ensino, em ambientes que maximizem o desenvolvimento acadêmico e social compatível com a meta da plena participação e inclusão...” (PNEE. 2007)</i>
2007	<i>“...é lançado o Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE, reafirmado pela Agenda Social, tendo como eixos a formação de professores para a educação especial, a implantação de salas de recursos multifuncionais, a acessibilidade arquitetônica dos prédios escolares, acesso e a permanência das pessoas com deficiência na educação superior e o monitoramento do acesso à escola dos favorecidos pelo Benefício de Prestação Continuada – BPC. ”(PNEE.2007)</i>
2007	<i>“Para a implementação do PDE é publicado o Decreto nº 6.094/2007, que estabelece nas diretrizes do Compromisso Todos pela Educação, a garantia do acesso e permanência no ensino regular e o atendimento às necessidades educacionais especiais dos alunos, fortalecendo seu ingresso nas escolas públicas.”(PNEE.2007)</i>
2008	Publicado o Decreto nº 6.571/2008, que visa instituir uma política pública de financiamento da educação inclusiva.
2009	Instituídas as Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, por meio da CNE/CEB, nº 4/2009.
2011	<i>“Decreto nº 7.611/2011 dispõe sobre o apoio da União aos sistemas de ensino para ampliar a oferta do atendimento educacional especializado AEE a estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação”</i>
2015	Em seis de julho de 2015, instituída a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).

2.2: O AEE(Atendimento Educacional Especializado) e suas atribuições.

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva define a educação especial como uma modalidade que não substitui a escolarização, mas de perpassar todos os níveis, etapas e modalidades de ensino e para isso, disponibiliza recursos materiais e humanos, serviços e orientações quanto a sua utilização no processo de ensino e aprendizagem nas turmas comuns do ensino regular utilizando como meio o atendimento educacional especializado complementar ou suplementar à formação dos estudantes público alvo da educação especial, que é constituído pelos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação.

A educação especial é definida como uma modalidade de ensino que perpassa todos os níveis, etapas e modalidades, que disponibiliza recursos e serviços, realiza o atendimento educacional especializado e orienta quanto a sua utilização no processo de ensino e aprendizagem nas turmas comuns do ensino regular. (Revista Inclusão, p.15).

Dentro desta nova perspectiva da Política Nacional de Educação Especial, o atendimento educacional especializado é peça fundamental para o processo da educação inclusiva, pois é através dele que acontecem todos os movimentos concernentes à inclusão escolar, pois se constitui como um elo que une o aluno, a escola, a família com o objetivo de promover o acesso ao ensino formal à pessoa com deficiência e a possibilidade de aprendizagem a partir da convivência com a diversidade aos membros da comunidade escolar.

A partir de 2009, com a instituição das Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, por meio da Resolução CNE/CEB, nº 4/2009, são criadas as salas de recursos multifuncionais que visam o atendimento de alunos com necessidades educacionais especiais do ensino básico, cabendo a estes alunos duas matrículas na rede, uma em classe regular outra no atendimento educacional especializado. O documento define, no primeiro artigo:

[...] aos sistemas de ensino matricular os alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação nas classes comuns do ensino regular e no Atendimento Educacional Especializado – AEE [...]. (Brasil, 2009)

Conforme com as diretrizes da nova política, o AEE deve integrar o PPP- projeto político pedagógico escola, prever a participação da família e ser feito em articulação com as demais políticas públicas. A oferta deste atendimento deve ser institucionalizada, em sala

de recursos multifuncionais, com a elaboração do plano de AEE para os alunos conforme as suas especificidades, professores para o exercício da docência no AEE, demais profissionais como tradutor e intérprete da Língua Brasileira de Sinais, guia intérprete e aqueles que atuam em atividades de apoio. Diz o artigo 5:

O Atendimento Educacional Especializado é realizado, prioritariamente, na sala de recursos multifuncionais da própria escola ou em outra escola de ensino regular, no turno inverso da escolarização, não sendo substitutivo às classes comuns, podendo ser realizado, também, em Centro de Atendimento Educacional Especializado da rede pública ou de instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos, conveniadas com a Secretaria de Educação ou órgão equivalente dos Estados, Distrito Federal e Municípios. (Brasil, 2009).

Sendo o atendimento educacional especializado - AEE um elo que liga o aluno com necessidade educacional inclusiva à escola regular tem como função:

Identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando suas necessidades específicas. [...] Consideram-se serviços e recursos da educação especial àqueles que asseguram condições de acesso ao currículo por meio da promoção da acessibilidade aos materiais didáticos, aos espaços e equipamentos, aos sistemas de comunicação e informação e ao conjunto das atividades escolares. (Diretrizes AEE, MEC-2008)

Para que o professor exerça a função de AEE, as orientações preveem que ele deve ter formação inicial que o habilite para o exercício da docência e formação específica na educação especial, inicial ou continuada.

São atribuições do professor do atendimento educacional especializado:

- a. Identificar, elaborar, produzir e organizar serviços, recursos pedagógicos, de acessibilidade e estratégias considerando as necessidades específicas dos alunos público-alvo da educação especial;
- b. Elaborar e executar plano de atendimento educacional especializado, avaliando a funcionalidade e a aplicabilidade dos recursos pedagógicos e de acessibilidade;
- c. Organizar o tipo e o número de atendimentos aos alunos na sala de recursos multifuncional;
- d. Acompanhar a funcionalidade e a aplicabilidade dos recursos pedagógicos e de acessibilidade na sala de aula comum do ensino regular, bem como em outros ambientes da escola;
- e. Estabelecer parcerias com as áreas intersetoriais na elaboração de estratégias e na disponibilização de recursos de acessibilidade;
- f. Orientar professores e famílias sobre os recursos pedagógicos e de acessibilidade utilizados pelo aluno;
- g. Ensinar e usar recursos de Tecnologia Assistiva, tais como: as tecnologias da informação e comunicação, a comunicação alternativa e aumentativa, a informática acessível, o soroban, os recursos ópticos e não ópticos, os softwares específicos, os códigos

e linguagens, as atividades de orientação e mobilidade entre outros; de forma a ampliar habilidades funcionais dos alunos, promovendo autonomia, atividade e participação.

h. Estabelecer articulação com os professores da sala de aula comum, visando a disponibilização dos serviços, dos recursos pedagógicos e de acessibilidade e das estratégias que promovem a participação dos alunos nas atividades escolares.

i. Promover atividades e espaços de participação da família e a interface com os serviços setoriais da saúde, da assistência social, entre outros (Resolução CNE/CEB 4/2009. Diário Oficial da União, Brasília, 5 de outubro de 2009)

2.3- O AEE no atendimento educacional domiciliar

O atendimento educacional domiciliar é um dos serviços especializados disponibilizados na educação básica pela educação especial, que tem como finalidade o atender crianças e adolescentes enfermos que necessitam continuar seus estudos mesmo quando se encontram limitados em virtude de alguma doença temporária ou permanente que os impeçam de estarem presentes na escola. Um serviço oferecido pelo AEE que tem seu valor, pois além do atendimento ao sujeito que se encontra com a saúde fragilizada visando seu desenvolvimento integral, também evidencia seus direitos enquanto cidadãos e a importância da postura humana no que se refere às relações entre educação, família e saúde. Sobre o atendimento domiciliar:

Atendimento que ocorre em ambiente domiciliar, quando o estudante encontra-se com problemas de saúde que o impossibilita de frequentar regularmente os espaços escolares, ou esteja em casa de apoio/recuperação de saúde ou em outras estruturas de apoio da sociedade. Estes estudantes devem receber respaldo da família e da unidade escolar a qual estão matriculados, tendo apoio didático pedagógico e adaptações físicas necessárias que lhe garantam igualdade de condições para o acesso ao conhecimento e continuidade de seus estudos de acordo com currículo escolar vigente. (BRASIL, 2002)

Atendimento domiciliar é o atendimento educacional que ocorre em ambiente domiciliar, decorrente de problema de saúde que impossibilite o educando de frequentar a escola ou esteja ele em casas de passagem, casas de apoio, casas-lar e/ou outras estruturas de apoio da sociedade (MEC/SEESP, 2002).

[...] O alunado do atendimento pedagógico domiciliar compõe-se por aqueles alunos matriculados nos sistemas de ensino cuja condição clínica ou exigência de atenção integral à saúde, considerados os aspectos psicossociais, interfiram na permanência escolar ou nas condições de construção de conhecimento, impedindo temporariamente a frequência escolar (MEC/SEESP, 2002).

Dentro de uma perspectiva inclusiva, o atendimento domiciliar visa assegurar à criança e ao adolescente com saúde fragilizada o direito à educação e para isso é preciso que pense em todas as possibilidades de aprendizagem e desenvolvimento desses alunos, bem como a utilização de recursos humanos e materiais que possam viabilizar esse

atendimento. O que nos leva à refletir a partir do ECA, para uma atuação humanizada, sobre a condição de cidadão dessas crianças e o jovens hospitalizados em domicílio como cidadãos, que possuem direito *a todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social.*(Orientações-p.5).

Art.3º A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta lei, assegurando-se-lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e dignidade (ECA, 1990)

No Município do Rio de Janeiro, a atendimento pedagógico domiciliar acontece sob a supervisão do Instituto Helena Antipoff, criado em 1977, um estabelecimento público de ensino especializado em Educação Especial, pertencente à Secretaria Municipal de Educação da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, e é considerado um centro de referência em Educação Especial no Brasil, por ter uma estrutura que possibilita a produção de conhecimentos através de pesquisas em educação especial, formação continuada e confecção materiais e recursos multissensoriais que contribuem para formação dos professores e desenvolvimento e aprendizagem dos alunos e toda a comunidade escolar.

O instituto dispõe de um site com uma série de documentos e orientações que norteiam as ações não só do atendimento domiciliar, que está atrelado ao atendimento hospitalar como também em sala de recursos e nas classes especiais que ainda existem em educação especial:

Ações necessárias para o funcionamento da classe hospitalar/itinerância domiciliar:

A classe hospitalar possui um profissional de educação para coordenar os trabalhos pedagógicos com a atribuição de liderança do grupo de professores e de articulação com a escola de origem do aluno, e possui também professores docentes lotados na Unidade Escolar (U.E.) a que se vincula a classe hospitalar. No caso da itinerância domiciliar a lotação do professor, de preferência, ficará na U.E. a que se vincula o aluno ou um dos alunos domiciliares;

O trabalho pedagógico-administrativo da gestão da escola de origem em parceria com o coordenador da classe hospitalar (e/ou professores da classe hospitalar e itinerante domiciliar) viabiliza a aquisição e a utilização de recursos (livros didáticos e paradidáticos, jogos, equipamentos, documentos pertencentes aos alunos atendidos);

A articulação entre os gestores, os professores da escola de origem do aluno hospitalizado e os professores das classes hospitalares e da itinerância domiciliar visam o acesso ao currículo escolar (oficinas e eventos, monitorias de alunos e professores, atividades pedagógicas, planos de estudo, aulas, provas e testes);

*A presença do professor de classe hospitalar e/ou de itinerância domiciliar é necessária nas discussões do projeto pedagógico da escola de origem;
A participação nos Conselhos de Classes e em Centros de Estudos precisa ser regular;*

Capítulo 3: O atendimento domiciliar em sua prática cotidiana.

3.1: O atendimento domiciliar em sua prática cotidiana: o fazer pedagógico.

Por se tratar de um atendimento domiciliar bastante específico, devido a condição de saúde do aluno em questão, desenvolver uma prática pedagógica que contemplasse a necessidade do menino tornou-se um desafio.

Quando fui convidada a fazer atendimento do aluno, já atendia outro em domicílio, porém menos comprometido, uma vez que, o impedimento dele para frequentar a escola tem a ver com comprometimentos fisiológicos no que dizem respeito às suas necessidades de evacuação e excreção, já que possui aderência na bexiga e no intestino, e, seu cognitivo sendo preservado dá a ele condições de acompanhar, mesmo com alguma dificuldade, o currículo previsto para escola regular. Já no caso do aluno relatado, as questões fisiológicas eram mais comprometedoras, além das fraldas, haviam questões relacionadas à alimentação e a respiração que faziam de seu quarto praticamente uma UTI e havendo monitoramento constante de suas funções vitais, e dentro destas condições que deveria desenvolver uma prática pedagógica.

O primeiro contato com a mãe do aluno foi feito por telefone, onde marcamos uma entrevista, como ocorre de *praxe* com os responsáveis por alunos atendidos pelo AEE, para que eu pudesse saber a história dele, neste momento uma abordagem sociocultural que considera o contexto cultural (ambiente onde estamos inseridos) se torna importante para nos situarmos nos espaços onde serão desenvolvidas as ações, que no caso será o domicílio. Foi então que tive ciência do longo caminho que esta mulher tem feito para assegurar o direito à educação do seu filho, sempre se comprometendo em mantê-lo no espaço escolar desde a infância e atualmente procura convidar para eventos programados por ela os alunos das turmas que ele pertence e já pertenceu, pois para receber o atendimento domiciliar precisar ser matriculado em uma escola da Rede Municipal do Rio de Janeiro e ter encaminhamento médico.

Desde que entendeu que seu filho não poderia usufruir do ambiente escolar, a responsável foi em busca do direito de seu menino ser acompanhado em sua residência,

uma vez que mesmo com dificuldades de locomoção e de saúde sempre valorizou a interação do aluno no ambiente escolar, pois sempre que possível participava de todas as atividades que aconteciam ao longo do ano letivo, desde aulas aos eventos como comemorações, feiras, passeios desfile cívicos entre outros... Sua justificativa é expressa pela fala: *“Não vou perder todos os anos de luta para que meu filho permanecesse na escola, todo o sacrifício feito para que ele tivesse acesso ao conhecimento, mesmo dentro das limitações dele. Se ele tem direitos vou até o fim em busca dos mesmos!!!”* (palavras da mãe do aluno). Após ouvi-la em suas queixas e anseios, percebi o qual era grande minha responsabilidade enquanto professora de um aluno nestas condições e para corroborar com tal declaração cito a Constituição Federal de 1988.

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (Constituição Federal de 1988--art. 205).

Passada a etapa da entrevista fui ao encontro do aluno que permanece diariamente em seu quarto onde todas as ações do cotidiano acontecem e é de lá que ele vê a vida passar. Fiquei surpresa ao deparar-me com tamanha receptividade, apesar de a seu redor haver tantos aparelhos para auxiliá-lo em funções como o respirar e o comer para nós muitas vezes considerados corriqueiros. Foi diante desse quadro que percebi que minha prática deveria ser diferenciada, procurei observar o ambiente e o que poderia ser feito ali para que se configurasse um espaço também pedagógico. Essa foi minha reflexão inicial para que pudesse elaborar estratégias de trabalho que fizessem o aluno se sentir motivado nos encontros semanais que teríamos.

Inicialmente a minha preocupação foi em torno do ambiente e assim começou o trabalho, procurei fazer da ambientação do espaço um momento de interação com o aluno, pois sempre muito observador seus olhos percorriam por todo quarto e a consulta sobre o que estava sendo feito eu recebia um sorriso enorme como resposta. Era preciso transformar o “quarto de hospital” em lugar de ensino, ou seja, um ambiente de onde ocorre interação, colaboração, intersubjetividade, desempenho assistido:

Quando em um lugar ocorre interação, colaboração, intersubjetividade, desempenho assistido, ou seja, quando ocorre uma situação de ensino, dizemos que ali se armou um cenário favorável à atividade. (Gallimore e Tharp, 1996).

E, paro outros autores:

Um cenário favorável à atividade, que possui duas características essenciais: a própria ação cognitiva e motora (a atividade) e os elementos objetivos, externos e ambientais. Uma

condição básica para a existência de cenários de atividades efetivos é a adesão dos participantes. (Foscarini e Passerino - Anped 2012)

3.2: Diretrizes Curriculares no atendimento pedagógico domiciliar, afinal o que importa?

A reflexão sobre currículo e suas intencionalidades dentro do contexto específico como o deste atendimento domiciliar, não pode deixar de existir, afinal o que seria relevante para um aluno nas condições que se encontram o meu? Durante a entrevista com a mãe, pude ouvir as impressões da mesma em relação ao conhecimento e o que ela achava sobre ser importante para seu filho. Vejamos o que diz as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica acerca do currículo nas páginas 57 e 58:

(...) A construção curricular deve ser entendida como aquela garantida na própria LDBEN, complementada quando necessário, com atividades que possibilitem o aluno que apresenta necessidade educacionais especiais ter acesso ao ensino, à cultura, ao exercício da cidadania e a inserção social produtiva.(...)

(...) As dificuldades de aprendizagem na escola apresentam-se como um contínuo, compreendendo desde situações mais simples e/ou transitória- que podem ser resolvidas espontaneamente no curso do trabalho pedagógico- até situações mais complexas e/ou permanentes - que requerem o uso de recursos ou técnicas especiais para que seja viabilizado a acesso ao currículo bem como as adaptações de seus elementos. (...) DCNEE pág. 57/58

Também em seu texto sobre currículo as diretrizes dizem que em casos muito singulares, em que o aluno possui sérios comprometimentos mentais e/ou múltiplos que o impeçam beneficiar-se do currículo da base nacional comum, caberá a ele um currículo funcional para atender as necessidades práticas da vida, e foi dentro dessas perspectivas que comecei a pensar como seria um currículo funcional para este aluno, que conforme sua condição deveria favorecer o desenvolvimento de competências sociais e inclusão do aluno na sociedade.

Sobre o currículo outra indagação surgiu através das minhas reflexões. Mesmo dadas as condições de saúde é fato que aluno é um ser humano em evolução e como tal passa por transformações em todos os aspectos: biológicos, psicológico e social. E desta forma que entendi que deveria ser elaborado o currículo para este atendimento pedagógico domiciliar, um currículo que levasse em conta a diversidade de possibilidades que esse aluno possa oferecer que considere todas as vivências que possui, toda memória construída

ao longo de todos os anos da sua vida, as lembranças dos momentos vividos na escola, dos eventos que participou e das relações interpessoais que estabelece ao longo deste percurso. Não poderia deixar de levar em conta que aos dezessete anos de vida meu aluno já possuía experiências culturais, a personalidade e uma forma singular de perceber o mundo ainda que de dentro do seu quarto. De acordo com Elvira de Souza Lima (2006, p.17),

a diversidade é norma da espécie humana: seres humanos são diversos em suas experiências culturais, são únicos em suas personalidades e são também diversos em suas formas de perceber o mundo. Seres humanos apresentam, ainda, diversidade biológica. Algumas dessas diversidades provocam impedimentos de natureza distinta no processo de desenvolvimento das pessoas (as comumente chamadas de “portadoras de necessidades especiais”). Como toda forma de diversidade é hoje recebida na escola, há a demanda óbvia, por um currículo que atenda a essa universalidade.

Dentre deste contexto, uma das atividades que puderam contemplar a proposta curricular para o aluno foi a confecção de uma linha do tempo onde foram sinalizados os fatos importantes vivenciados até a presente data da atividade. A linha do tempo foi a partir das fotos do aluno, foi a partir desta atividade que levantei a hipótese de trabalharmos com datas para marcarmos a passagem do tempo para o aluno. Dentro dessas datas foram sinalizadas as datas comemorativas, datas importantes para família e marcos que ocorreram na cidade como, por exemplo, as Olimpíadas de 2016 e os Jogos Paralímpicos. Nestes períodos comemorados, acontecia a decoração do ambiente conforme o tema.

Outra estratégia usada foi a criação de quadros específicos como o calendário que era feito diariamente, o quadro de previsão de tempo e o quadro onde ficavam as fotos de todas as pessoas que convivem.

3.3 Criando possibilidades - A afetividade atendimento pedagógico domiciliar.

Dentro deste contexto de atendimento domiciliar um fator bastante preponderante foi a forma que se deu minha interação com o aluno, foi um momento que de uma forma muito pessoal tive que despir qualquer preconceito em relação ao atendimento, até porque algumas colegas que foram solicitadas para realizar esta prática anterior a mim, sentiram-se emocionalmente afetada ao terem contato com o aluno e perceberem o quão delicado é seu estado de saúde. Foi essa a impressão que inicial que tive, porém também enxerguei além, principalmente quando fui cumprimentá-lo e um sorriso enorme se abriu para mim, daí pude perceber em seu olhar um viço de longevidade que me levou a ultrapassar todas as barreiras pessoais que pudessem impedir a minha interação com o ele.

Incluir é fazer com que o aluno se sinta parte do todo, respeitando suas diferenças e afinidades, mais ainda, fazer com que esse aluno se sinta bem, garantindo um ensino de qualidade. Desta forma, acredita-se que Educação Especial e Educação Inclusiva podem caminhar juntas e, assim, construir uma efetiva prática de inclusão escolar, (GIARDINETTO, 2009).

Era necessário incluir e para isso cabia a mim enquanto professora que fosse afetuosa e sensível em relação às necessidades do aluno.

“a formação do professor para o processo de inclusão escolar deve estar ancorada no reconhecimento do outro. Esse outro outrora negado, aquele que teve sua alteridade desfigurada por uma representação de menos valia.” (SOUZA e OLIVEIRA, 2009).

Como afirma Vygotsky, o sujeito se constitui a partir de relações intrapessoais, planos individuais internos e interpessoais, planos sociais e ali eram dois sujeitos a se constituírem eu e meu aluno.

O ser humano se constitui como sujeito a partir de sua interação social com o mundo. É a possibilidade de comunicar-se com os outros, de entender e se fazer entendido que impulsiona o desenvolvimento (VYGOTSKY, 1989, p.83).

. Foi necessário aceitação por minha parte, para com um aluno que tem necessidades educacionais especiais tão específicas, a libertação de possíveis preconceitos, dificuldades de relacionamento para a aprendizagem e também livrar-me das ansiedades que o convívio com aluno especial gera, além de conviver frustrações decorrentes dos

possíveis fracassos deste atendimento, no caso mais meu que dele.

A análise da minha postura em relação a este atendimento domiciliar levou-me a outra reflexão sobre como a afetividade teve um papel relevante na minha prática, pois através dela pude me apropriar de algumas decisões no momento de organizar o currículo funcional do aluno e preparar algumas atividades a serem desenvolvidas.

A partir desta perspectiva, procurei cumprir alguns passos importantes, e entre eles observar cinco decisões já reconhecidas para nortear o trabalho: *“a escolha dos objetivos de ensino; a decisão sobre o início do processo de ensino; a organização dos conteúdos de ensino; a escolha dos procedimentos e atividades de ensino; a escolha dos procedimentos de avaliação do ensino”*, mesmo sabendo que todas essas decisões teriam inevitáveis consequências afetivas na relação que se estabeleceria entre o aluno e os conteúdos específicos de ensino (Leite, pág.362), foram elas que no ampliaram meu olhar em relação a uma prática pedagógica mais sensível em relação a este aluno que deveria ser enxergado como um “baú” de possibilidades tamanha riqueza que possui.

Adequar a tarefa às possibilidades do aluno, fornecer meios para que realize a atividade confiando em sua capacidade, demonstrar atenção às suas dificuldades e problemas, são maneiras bastante refinadas de comunicação afetiva. Dantas (1992, 1993) refere-se a essas formas de interação como "cognitivização" da afetividade. (LEITE; TASSONI pág 13)

(...) a afetividade está presente em todas as decisões assumidas pelo professor em sala de aula, produzindo continuamente impactos positivos ou negativos na subjetividade dos alunos. Trata-se, pois, de um fator fundante nas relações que se estabelecem entre os alunos e os conteúdos escolares. A qualidade da mediação pedagógica, portanto, é um dos principais determinantes da qualidade dos vínculos que se estabelecerão entre os sujeitos/alunos e os objetos/conteúdos escolares.

Considerações Finais

Levando em consideração a condição de saúde do aluno, desenvolver uma prática pedagógica que contemplasse suas necessidades, foi além de preparar um ambiente favorável ou um currículo funcional. Foi imprescindível um olhar sensível para compreender que o contato estabelecido entre as partes resultou num ganho imensurável. Ao contrário que se possa imaginar, conviver com o aluno em questão durante dezoito meses fez com que meu horizonte se ampliasse em relação às possibilidades de construção do conhecimento de um aluno independente das suas necessidades. Procurei me apropriar da experiência, percebi que minha postura deveria ser diferenciada como professora e promover ações conforme orientam Leite e Tassoni.

“sempre permeadas por sentimentos de acolhimento, simpatia, respeito e apreciação, além de compreensão, aceitação e valorização do outro; tais sentimentos não só marcam a relação do aluno com o objeto de conhecimento, como também afetam a sua auto-imagem, favorecendo a autonomia e fortalecendo a confiança.”(LEITE; TASSONI)

Como diz Giolo, 2010 *“a natureza das relações construídas entre professores e alunos não são elementos neutros, são dimensões integrantes e constitutivas do processo de inclusão.”*

Bibliografia

BRASIL. Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais
Brasília: UNESCO, 1994.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Classe hospitalar e
atendimento pedagógico domiciliar: estratégias e orientações. Brasília: MEC/SEESP,
2002.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Política Nacional de
Educação Especial. Brasília: MEC/SEESP, 1994.

BRASIL. Ministério da Educação. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. LDB
9.394, de 20 de dezembro de 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial.
Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial.
Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica
. Brasília: MEC/SEESP, 2001

_____. Resolução CNE/CEB 4/2009. Diário Oficial da União, Brasília, 5 de outubro
de 2009.

FOSCARINI, Ana Carla, PASSERINO Liliana Maria. Mediação E Desenvolvimento no
Atendimento Educacional Especializado Através do Uso de Artefatos Tecnológicos IX
Reunião Anped Sul - 2012.

LEITE, Sérgio Antônio da Silva. Afetividade nas práticas pedagógicas. Universidade Estadual de Campinas – Campinas, SP, Brasil. *Temas em Psicologia* – 2012, Vol. 20, no 2, 355 – 368 DOI: 10.9788/TP2012.2-06

LEITE, S. A. S.; TASSONI, E. C. M. A afetividade em sala de aula: as condições de Ensino e a mediação do professor. In: Mesa Redonda do Grupo de Pesquisa Alfabetização, Leitura e Escrita, Mesa redonda, Campinas, 2006. Disponível em: <http://www.fe.unicamp.br/alle/textos/SASL-AAfetividadeemSaladeAula.pdf>. Acesso: agos. de 2015

LIMA, Elvira Souza: Currículo e desenvolvimento Humano In: Indagações sobre currículo Brasília: Ministério da Educação e Secretaria da Educação Básica, 2008

LIMA, Elvira. Currículo e diversidade humana. Brasília: SECAD, 2006.

MENEZES, Ebenezer Takuno de; SANTOS, Thais Helena dos. Verbete Declaração de Salamanca. *Dicionário Interativo da Educação Brasileira - Educabrazil*. São Paulo: Midiamix, 2001. Disponível em: <http://www.educabrazil.com.br/declaracao-de-salamanca/>. Acesso em: 15 de jun. 2017.

Anexo A

Plano Educacional Individualizado (PEI)

Informações do aluno

Nome completo do aluno: **XXXXXXXXXXXX**

Idade: **18 anos** Data de nascimento: **XX/05/1998** Sexo: () F M (**X**)

Filiação: **XXXXXXXXXXXX**

Responsável pelo aluno: **A MÃE**

Endereço: **XXXXXXXXXXXX**

Escolaridade

9ª CRE Escola de Origem **XXXXXXXXXXXX**:

Público-Alvo da Educação Especial:

() DI () DV () TGD (**X**) **DMU** () DA/Surdez () DF () AH/Superdotação

Modalidade de Atendimento:

() Classe Especial () Escola Especial () Atendimento em Classe Hospitalar

(**X**) **Atendimento Domiciliar** () Turma Comum () SRM

Professor (es) Regente(s): _____

Coordenador Pedagógico: _____

Turno: (**X**) **Manhã** () Tarde () Noite

Turma: Classe Especial

Ano de Escolaridade: xxxx

Professor de Atendimento Educacional Especializado (AEE): **xxxxxxxx**

Escola da S.R.M.: **XXXXXXXXXXXX**

Entrevista com o responsável

I - Informações do aluno:

- a) Como foi o desenvolvimento do aluno? (Gestação, nascimento, desenvolvimento da fala, motor e sócio afetivo) Outros (hospitalização, cirurgia e doenças)

A gestação do aluno, até o oitavo mês, foi tranquila e sem nenhuma alteração durante o parto. Da mesma forma ocorreu após seu nascimento até aparecer o refluxo gastroesofágico com indicação cirúrgica, no entanto optou-se pelo uso da medicação que estabilizou o quadro clínico do aluno. Ao completar um ano e onze meses André apresentou primeiro quadro convulsivo, quando foi internado e após exames diagnosticado com uma síndrome chamada Moya Moya e como sequela da convulsão ficou sem andar por um período, tendo o movimento das pernas parcialmente recuperado através de terapias.

Conforme o relato da mãe em 2006 o aluno passou por um procedimento cirúrgico para colocar uma prótese no fêmur esquerdo, devido ao osso do quadril não se calcificar por conta dos constantes espasmos musculares que sofria nos membros inferiores, ocasionando posteriormente a perda total dos movimentos da perna e atrofia como tratamento fez algumas cirurgias para correção, somando a esta condição o aluno também apresenta um desvio severo na coluna.

O aluno apresentou, por um período, quadros sucessivos de pneumonia o que culminou em algumas internações e devido a complicações respiratória se fez necessário um novo procedimento cirúrgico para fazer uma traqueostomia¹ permanente.

Atualmente além da traqueostomia permanente André não se alimenta por via oral e sim através de nutrição enteral que é a administração de alimentos feita através de uma sonda posicionada no estômago, no duodeno ou no jejuno, quando a alimentação pela boca é insuficiente ou impossível.

- b) Qual contexto em que vive? (Família, comunidade, com quem mora e convive)

André mora com a mãe, porém diariamente é acompanhado por uma técnica de enfermagem, uma cuidadora e recebe a visita da fisioterapeuta, fonoaudióloga,

enfermeira e médica em dias alternados.

c) Quais são as atividades diárias? (Rotina diária)

A rotina de XXXXX acontece dentro do quarto onde que é composto por aparelhos de monitoramento indispensáveis à manutenção da sua saúde. É no leito que o aluno recebe os cuidados básicos como assepsia e alimentação. Assiste televisão, ouve música e recebe visitas.

d) Quais suas preferências e hábitos?

Assistir televisão e ouvir música.

e) Formas de lazer em família/comunidade?

Assistir televisão e todos os eventos que o aluno participa acontecem em sua própria casa pelo fato do mesmo não estar em outros ambientes no momento.

f) Como está o processo de construção do conhecimento do aluno e como a família participa? (O que a família compreende que o aluno sabe em relação a leitura, a escrita e ao conhecimento de mundo.)

Conforme a condição do aluno, a família entende que devido ao seu histórico o aluno apresenta deficiência intelectual, no entanto acredita que o aluno seja capaz de compreender alguns conceitos, principalmente aqueles que o ajudem na comunicação e como o aluno não oraliza, compreende que a comunicação visual seja um caminho para construção de seu conhecimento.

g) Quais as estratégias utilizadas na construção das habilidades sociais? (Regras e limites).

Levando em consideração que o meio social do aluno encontra-se bastante restrito, a mãe procura aproximar o aluno o máximo possível da realidade, levando para o quarto situações do cotidiano atual e sob a permissão do médico leva André até o portão para que possa visualizar a rua.

II - Informações específicas:

- a) Modo de se expressar e receber informações (Descrever como o aluno se comunica: se oraliza com funcionalidade ou não, se apresenta vocabulário funcional ou ecolalia, se entende o que é falado):

O aluno não oraliza, a perda da fala foi também uma seqüela da convulsão, porém é capaz de sinalizar suas preferências com gestos.

- b) Tipo de locomoção e assistência utilizada?

Cadeira de rodas.

- c) Como se alimenta? (Tipo de alimento, restrições, modo de comer e beber)

Através de nutrição enteral que é a administração de alimentos feita através de uma sonda posicionada no estômago pelo fato da alimentação feita pela boca ser boca é insuficiente ou impossível.

- d) Autocuidados (autonomia para higiene):

Não possui autonomia, autocuidados realizados no leito.

III - Informações sobre saúde:

- a) Tem algum tipo de alergia? *Não*

- b) Tem convulsão?

() Sim (X) Não - *O aluno apresenta espasmos esporadicamente e quando assustado.*

- c) Procedimento em caso de emergência:

Solicitar ajuda ao profissional de saúde que o acompanha diariamente.

d) Toma algum medicamento? Qual?

Sim, vários entre os principais lamitor e sonebon.

Realiza algum tipo de atendimento clínico/terapêutico e extracurriculares?

Especialidade	Local	Profissional	Dia	Horário	Contato
Pediatria	Em domicílio	DrªXXXX	3ª Feira	Tarde	Através da família
Neurologia	Em domicílio	Drº XXXX	xxxxx	xxxxx	Através da família
Fonoterapia	Em domicílio	XXXX	3ª e 6ª Feiras	manhã	Através da família
Fisioterapia motora	Em domicílio	XXXX	Diariamente	Manhã	Através da família
Fisioterapia respiratória	Em domicílio	XXXX	Diariamente	Manhã	Através da família

Autorizo a escola e o Professor de Atendimento Educacional Especializado a entrar em contato com os profissionais acima citados? Sim Não

e) Possui o Benefício de Prestação Continuada (BPC)? Sim Não

O Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social - BPC é um direito constitucional e uma modalidade de provisão de proteção social, viabilizada pela Política Nacional de Assistência Social - PNAS e que constitui uma garantia de renda às pessoas com deficiência, em qualquer idade, incapacitadas para a vida independente e para o trabalho, que comprovem

Necessidades Pedagógicas Específicas do Aluno

Características do aluno	O aluno XXXX é público alvo do atendimento domiciliar do atendimento domiciliar por não possuir condições de estar na escola devido às necessidades clínicas que possui, sendo acompanhado pela saúde 24h por dia, além de atualmente encontra-se no leito onde recebe cuidados básicos e terapêuticos. No entanto vale ressaltar que mesmo no acamado, XXXX é muito bem humorado, receptivo e interage com aqueles que convive.
Potencialidade	XXXX apresenta capacidade de memorizar, é bom fisionomista e reconhece as pessoas que convive com ele. É capaz de expressar-se com alguns gestos e através de expressões faciais. Durante o atendimento pedagógico interage bastante com o professor, principalmente quando as atividades são movimentadas. O aluno acompanha toda a movimentação ao seu redor
Necessidades	O aluno necessita de estimulação cognitiva e desenvolver habilidades para comunicar-se. É importante também, que se promova a interação do aluno com meio cotidiano, pois através desta interação que será possível a percepção da noção de espaço e tempo pelo aluno. É importante propiciar momentos prazerosos que favoreçam o desenvolvimento cognitivo do aluno dentro do domicílio. Identificar e estimular a superação de possíveis dificuldades; Dar continuidade ao processo de escolarização da criança no leito e manter a conexão do cotidiano do aluno com seu tempo cronológico.
Estratégias	Tendo em vista que o atendimento domiciliar ocorre semanalmente, é importante estar ciente de que cada encontro as atividades desenvolvidas têm que ser contempladas com começo, meio e fim, Além de contemplar a ludicidade e apresentar o currículo de forma adequada que possa ir de encontro a realidade vivenciada pelo aluno-paciente integrando todas as áreas de conhecimento.

*As Necessidades Pedagógicas Específicas do Aluno deverão ser preenchidas pelo Professor do Atendimento Educacional Especializado – Sala de Recursos ou Classe Especial e ter a ciência dos demais professores regentes que Acompanham o aluno

Data: _____ Assinatura do Professor: _____

Ciência dos Professores regentes que atendem o aluno e/ou do Coordenador Pedagógico da unidade escolar de referência:

Considerações Importantes sobre Atendimento Domiciliar em 2016

Levando em consideração as observações feitas sobre as necessidades pedagógicas específicas do aluno descritas acima e as experiências vivenciadas durante atendimento domiciliar, realizado é importante enfatizar que a linha de trabalho já iniciada é válida, pois o aluno XXXXXX é capaz de interagir às aulas quando estimulado, demonstra satisfação ao ouvir músicas, participar de encontros em que haja uma interação expressiva do professor. Aprecia quando a prancha é posta a sua frente para que possa utilizar o papel para rabiscar, pintar com hidrocor, giz de cera e tinta auxiliado pelo docente, gosta de ver o movimento de arrumação do espaço onde fica de acordo com as datas comemorativas, sabe diferenciar as placas de comunicação que representam o Sim e o Não e também em alguns momentos as placas que demonstram sentimentos como alegria, aborrecimento e sono.

No que se refere à interação de XXXX nas aulas o que o deixa bastante animado é quando estamos organizando quarto conforme as datas comemorativas.

O aluno apresenta um ótimo senso de humor, quando não está com sono e mesmo diante dos contratempos que atravessa não lhe falta sorriso no rosto. Seu olhar está sempre atento a tudo que acontece ao seu redor.

Anexos B

Ambientação do espaço.



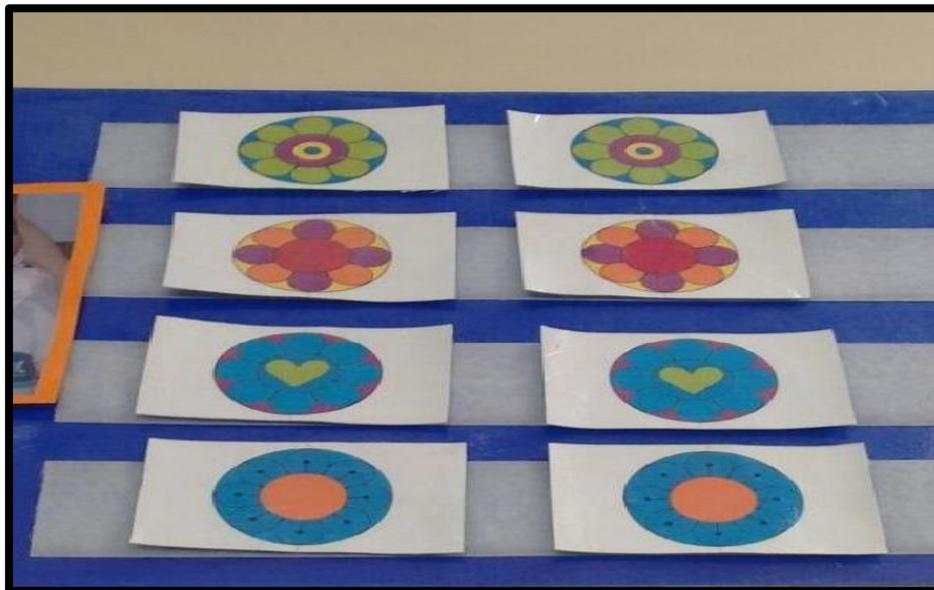
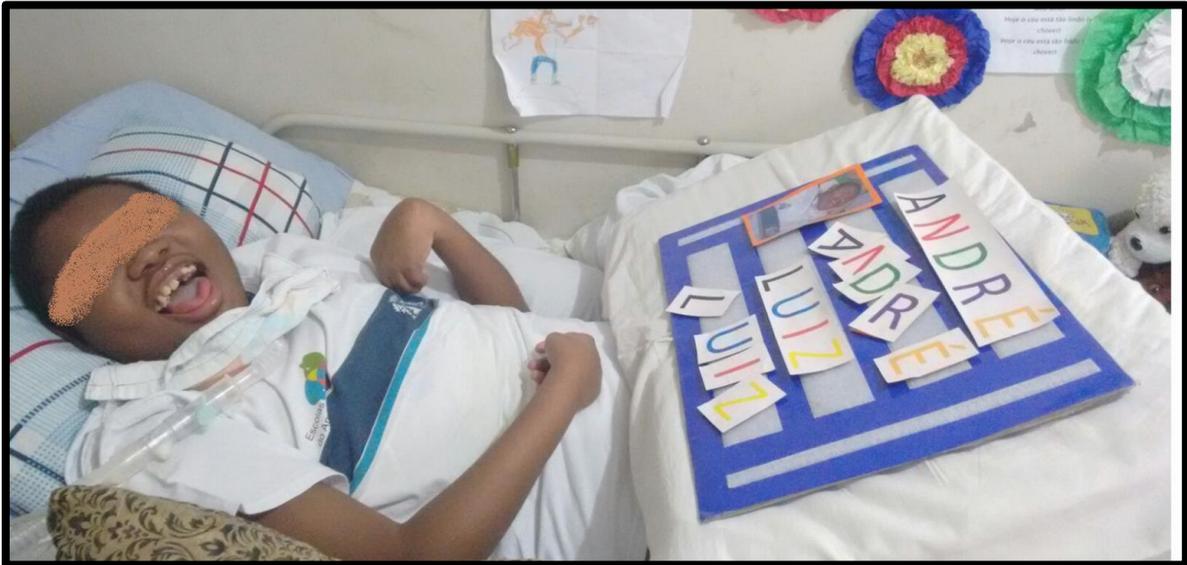
Anexo C

Linha do Tempo (atividade desenvolvida com o objetivo registrar o tempo passado como registro das vivências do aluno).



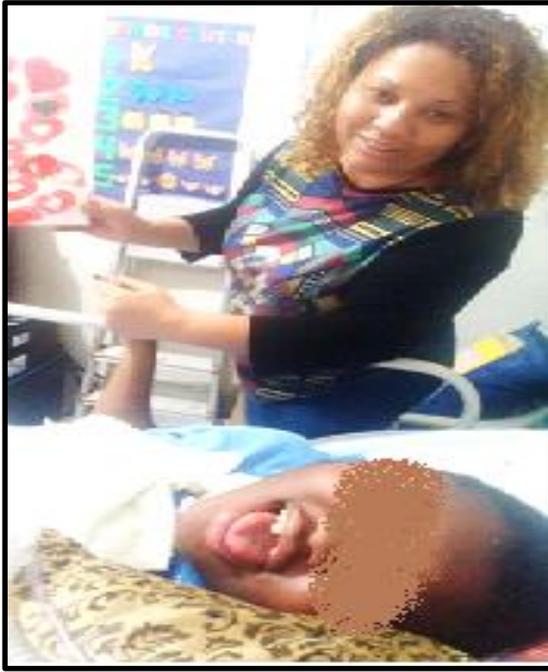
Anexo D

Pareamento (material preparado para que o aluno pudesse apontar as letras e figuras semelhantes).



Anexo E

Produzindo Arte: Uma homenagem à minha mãe (pintura em tela com guache e carimbo de coração improvisado com espuma).



Anexo F

Compartilhando momentos especiais.

